

Escutas sensíveis e plurais

Deslocamentos de uma História Oral Pública

Sensitive And Plural Listening

Shifts in a Public Oral History

MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI*

LÍVIA MORAIS GARCIA LIMA**

IGOR LEMOS MOREIRA***

RESUMO O artigo propõe uma reflexão sobre as potencialidades e confluências da história pública e história oral no Brasil, especialmente no campo da História do Tempo Presente, a partir de experiências recentes e com públicos diversos. O texto parte do entendimento de que a história oral, ao se aproximar da história pública sensível às experiências

* <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700,
Centro, Alfenas, Minas Gerais, 37130-001, Brasil
martarovai88@gmail.com

** <https://orcid.org/0000-0001-9962-7820>
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Avenida dos Barrageiros, s/n, Rosana,
São Paulo, 19274-000, Brasil
livia.m.lima@unesp.br

*** <https://orcid.org/0000-0001-6353-7540>
Universidade Estadual do Paraná, campus Paranaguá, R. Comendador Correia Júnior, 117,
Centro, Paranaguá, Paraná, 83203-560, Brasil
igorlemoreira@gmail.com

históricas e ao tempo vivido, amplia a potência das vozes, tensiona o monopólio da narrativa histórica acadêmica, contribui para a defesa dos direitos humanos e para a reconstrução de narrativas que sejam inclusivas e combativas. O argumento central sustenta que, ao assumir compromissos éticos com sujeitos/as e comunidades, essas práticas constroem narrativas históricas plurais, socialmente engajadas e comprometidas com a justiça social, evidenciando o papel político-social da história na elaboração de memórias em disputa e na construção de uma história oral pública como movimento renovador e comprometido com a defesa da democracia, da participação e da colaboração.

PALAVRAS-CHAVE História Oral Pública, Memória, Engajamento

ABSTRACT This article proposes a reflection on the potential and convergences of public history and oral history in Brazil, especially within the field of History of the Present Time, based on recent experiences and engagement with diverse audiences. The text is grounded in the understanding that oral history, when approached through the lens of public history attentive to lived experiences and historical subjectivity, amplifies the power of voices, challenges the monopoly of academic historical narratives, and contributes to the defense of human rights and the reconstruction of inclusive and resistant narratives. The central argument is that, by embracing ethical commitments to individuals and communities, these practices foster plural, socially engaged historical narratives committed to social justice. They underscore the socio-political role of history in shaping contested memories and in building a public oral history as a renewing movement dedicated to democracy, participation, and collaboration.

KEYWORDS Public Oral History, Memory, Engagement

“Um historiador não é um algoritmo processado por um computador. Sou um ser humano que, enredado em certo número de conexões sociais, estabelece relações” (Jablonka, 2024, p. 33).

Em tempos de ascensão das inteligências artificiais, da mecanização da pesquisa e da alteração profunda dos modos de pensar a operação historiográfica (Kleinberg, 2020), a afirmação de Jablonka nos lembra de um compromisso assumido por historiadores/as públicos/as, os/as oralistas e/ou que se dedicam ao tempo vivido: somos e estamos em constante relação com nossos/as sujeitos/as, com nosso tempo, com as demandas de nossa sociedade contemporânea. Assumir essa percepção significa que ao/à profissional da História não cabe exercer uma função de autoridade inequívoca - como uma espécie de sujeito/a que detém absoluta “verdade” sobre o passado, tal qual defendiam os cientificistas no século XIX - mas ser aquele/a que se coloca em diálogo com a sociedade e seus/suas sujeitos/as a partir de métodos e da construção narrativa, que escuta e potencializa vozes frente às injustiças, às violências, ao esquecimento e ao negacionismo.

O século XXI tem sido perpassado por movimentos que buscam repensar o lugar e o *ethos* da função social do/a historiador/a no tempo presente (Dumoulin, 2017). A história pública, considerada um movimento de (auto)reflexividade sobre a prática historiográfica (Santhiago, 2018), colocou-se como um dos principais vetores de discussão e provocação, sendo potencializada pela História Oral e a compreensão de que sua prática se configura em um processo colaborativo, marcado pela escuta e fala sensível (Portelli, 2016). O encontro entre História Pública e História Oral, nesse processo, apresenta-se como uma importante confluência em torno da retomada não somente do/a sujeito/a no cerne da produção historiográfica, como ocorre no final do século XX, mas da colaboração, do encontro e da dialogia com agentes, contextos e temporalidades como parte da operação historiográfica.

Tais movimentações têm ocorrido, em particular, em um momento marcado pela emergência de diferentes experiências e vivências

que se atravessam, colidem e colocam em risco a própria sobrevivência de grupos sociais e do direito à memória. Em um contexto de emergência de movimentos autoritários e de extrema-direita, bem como da pós-memória, os debates sobre a defesa do direito à lembrança, os direitos humanos e as questões sociais passam a se colocar como um ponto evidente e urgente, desafiando a História a redefinir suas funções sociais (Ferreira, 2012).

Essas mudanças de paradigmas, como identifica Domanska (2024, p. 32), têm sido caracterizadas “por um conjunto de viradas: da racionalidade à intuição, da autoafirmação à integração, da dominação à parceria, da competição à colaboração, da noção de estrutura e suas partes a noções de processo e de um todo”. Entre as questões levantadas, está situada, particularmente, a descentralização do/a historiador/a enquanto autoridade-única de toda a operação historiográfica, inserindo-o/a na esfera da colaboração, da construção conjunta, de uma mudança epistêmica e de uma história “para além” da Academia.

Dentro desse cenário, as conexões, confluências e tensionamentos entre História Oral e História Pública têm se colocado enquanto um encontro potente, renovador e transformador. Nessa direção, o presente artigo busca abordar a confluência entre as duas práticas, destacando seu potencial para transformar a prática historiográfica e responder a demandas sociais contemporâneas. Ambas, em parceria, colocam-se enquanto exercícios que implicam deslocamentos epistemológicos, metodológicos e políticos, especialmente na direção de sujeitos/as historicamente marginalizados e da reflexão sobre as funções dos/as historiadores/as no tempo presente. Ao valorizar vozes negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e de outras comunidades subalternizadas, essas abordagens questionam a centralidade eurocêntrica da historiografia tradicional, promovendo memórias plurais e insurgentes.

A memória, compreendida como processo vivo e coletivo, nos convoca a pensar a história como um espaço de construção colaborativa, perpassado por sua estrutura enquanto campo de disputas e significações em movimento. Nesse horizonte, a História Oral emerge como uma metodologia (ou um projeto) fundamental para oferecer escuta

(não dar voz), intervindo na construção dos sentidos históricos (Rovai, 2024). A articulação entre História Oral, História do Tempo Presente e História Pública — ainda que autônomas em suas origens — conforma, em contextos diversos, uma trama de práticas e compromissos que vem ressignificando o fazer historiográfico, sobretudo diante de reivindicações de justiça e de reconhecimento (Delacroix, 2018).

Os projetos que aqui são compartilhados exemplificam essas dinâmicas, ao articularem memória, tempo presente e ação política, reforçando o compromisso ético da História e o uso de tecnologias digitais como ferramentas de democratização da memória, além de evidenciar a potencialidade de uma História Oral Pública. Ao valorizarem narrativas orais, as práticas ressignificam espaços urbanos, fortalecem políticas de memória e impulsionam lutas por reparação histórica. Assim, nos tópicos que se seguem, propõe-se um conjunto de reflexões sobre problemáticas em que História Oral, História Pública e História do Tempo Presente confluem, tomando como ponto de partida a reflexão mais conceitual para pensar os projetos e fomentar uma produção historiográfica construída em diálogo, ampliando vozes e fronteiras e assumindo, com sensibilidade e responsabilidade, sua função social na contemporaneidade.

HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA PÚBLICA E TRABALHO DE MEMÓRIA

As relações entre História Oral, História Pública e trabalho de memória constituem uma reflexão em comum, fundamentada em formulações e discussões que envolvem os trabalhos de autores/as como Maurice Halbwachs, Aleida Assmann, Alessandro Portelli, Michel Pollak, Marieta Ferreira, John Kotre e Ricardo Santhiago, entre outros/as. Seus estudos abordam as conexões entre memória e história, referenciando, também, textos essenciais, como o clássico *Les lieux de mémoire* (1984), organizado por Pierre Nora, fundamental para a compreensão da memória social. Nora defendeu que a memória não é algo dado, mas um processo constantemente construído e reconstruído, um conjunto de

recordações — conscientes ou não — de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma coletividade, cuja identidade está intimamente ligada ao sentimento do passado.

De acordo com Ana Mauad (2018), a noção de memória social destaca-se na historiografia por valorizar as disputas em torno do passado, as condições de rememoração e os processos nos quais ele é convocado a desempenhar um papel central. Essa abordagem convida o/a historiador/a a refletir sobre sua responsabilidade no trabalho de crítica da memória, elemento essencial para a interpretação das narrativas memorialísticas e sua interlocução com o campo historiográfico. Nesse horizonte, as contribuições de Halbwachs (1992) ajudam a compreender que a memória, assim como a consciência, é profundamente dependente da socialização e da comunicação — nunca nos lembramos sozinhos, afirma o autor. Isso significa que a memória é viva, mutável, um trabalho constante realizado no presente. Complementando essa perspectiva, Kotre (1997) propõe entendê-la não como mero repositório de eventos, mas como processo ativo e fundamental na construção da identidade, permanentemente em reconstrução. A memória configura-se, assim, como uma forma de interpretar e atribuir sentido às experiências vividas.

Diferente de Nora (1984), que vê a memória como algo que se cristalizou em locais e objetos específicos na modernidade, afastando-se da vivência cotidiana, Assmann (2016) enfatiza o processo contínuo de transmissão da memória, seja ela comunicativa ou cultural. Compreendida dessa forma, a memória nos capacita a viver em grupos e comunidades, o que nos move na elaboração de novas lembranças individuais e coletivas. Assim, autores/as como Assmann e Pollak inserem a esfera cultural nos debates da memória, problematizando a relação entre passado e presente, e a entendem como elemento para a construção da identidade de um grupo. Desta forma, a memória compreendida é mediada por diferentes processos culturais, como narrativas, rituais, experiências ao longo da vida, subjetividades, práticas e símbolos compartilhados, tornando-se um meio pelo qual as sociedades criam sentido de coesão e de pertencimento, enquanto também operam transformações

e reinterpretações a partir das dinâmicas de poder, cultura e identidade no presente.

É importante ressaltar que o significado da memória, enquanto campo de disputas, nem sempre deve ser compreendido como coesão no sentido de pertencimento. Como afirma Pollak, ela pode exercer formas de coerção e imposição, enquadrando certas lembranças em detrimento de outras. Toda memória implica também em selecionar e produzir esquecimentos, silenciamentos e apagamentos. Daí a relevância da existência constante e viva do que ele define como “memórias subterrâneas”, aquelas “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (Pollak, 1989, p. 2). Essa discussão é particularmente importante na medida em que se torna impossível, contemporaneamente, ignorar o papel que as memórias têm desempenhado na produção de uma história pública comprometida com experiências historicamente invisibilizadas, que levariam ao trabalho com as chamadas “memórias subterrâneas”. Estas contribuem para pensar a memória pública como um trabalho persistente de sobrevivência e de existência, ligado a lembranças que, por vezes, aguardam o momento propício para emergir e serem expressas:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 3).

O tema da memória nas sociedades contemporâneas está ligado à emergência, na cena pública, de movimentos sociais que, desde o final dos anos 1960, reivindicam novos direitos, incluindo a memória, especialmente pública. Esta deve refletir os embates das políticas de

identidade no mundo pós-colonial, incorporando subjetividades que desafiam o ideal branco, masculino, cisheterossexual e ocidental. Para Mauad (2018), no Brasil, a valorização da memória está associada ao processo de redemocratização dos anos 1980. Nesse contexto, uma ampla gama de movimentos sociais — negros, feministas, LGBTQIAPN+, sem-teto, sem-terra, entre outros —, além de partidos, associações civis e diferentes grupos, passou a organizar e a reivindicar narrativas sobre suas memórias em resposta a invisibilizações historicamente impostas.

A redemocratização tornou-se um processo constante no Brasil, marcado pelo cenário de embates entre a reivindicação de direitos por parte desses grupos e uma agenda reacionária de setores conservadores dispostos a ainda fazer calar, ameaçar e silenciar as “memórias subterrâneas” e as existências em busca de dignidade e de ampliação de suas vozes. Nesse cenário de negacionismos, distorcionismos e ameaças à democracia, Fernando Perli (2022) afirma que somos instigados/as a pensar acerca da função social e política de historiadores/as em meio a batalhas de memórias, usos políticos do passado e agressão aos direitos humanos:

A destruição de políticas públicas inclusivas, o silenciamento de vozes plurais e periféricas, os ataques às minorias, o menosprezo à ciência e à diversidade do conhecimento histórico nos oferece um retrato do quanto os ideários de um Estado Nacional de perspectiva una, homogênea, autoritária, que esconde informações de interesse público, são anacrônicos em tempos que exigem ações em defesa da democracia através do respeito, de costuras entre falas, lugares sociais, amplos e abertos debates, de informações transparentes (Perli, 2022, p. 6-7).

Reconhecer essa situação, que atinge a própria História e sua função social, revela a importância de um posicionamento mais claro da Universidade diante de movimentos que estão fora dela, mas que também a atravessam, exigindo perspectivas mais sensíveis, criativas e plurais na produção e circulação de conhecimento histórico, a partir de

interesses em disputa e da luta pelo direito à memória. A apropriação das tecnologias digitais, a ocupação de espaços públicos, a (re)criação de museus, acervos e arquivos, pensando esses/as sujeitos/as como públicos ativos e recriadores das memórias no presente, evidenciaram aos/às historiadores/as que já não era mais possível pensar numa exclusividade sobre a seleção, escrita e difusão histórica. Colocam-se muitas questões aos/às profissionais da História, em especial a chamada para que sejam criadas redes colaborativas que envolvam não apenas influenciadores/as, mas letramento digital e diálogo com especialistas em políticas públicas e comunidades diversas, contadoras de suas histórias.

Numa gama de possibilidades, Juniele Almeida e Vivian Fonseca (2021) destacam que a História Oral, por meio do direito à fala e à escuta, possibilita o registro de histórias narradas, estabelecendo um contato com a memória do passado e a cultura do presente, em uma prática reflexiva na produção da história pública “de” e “com” grupos subalternizados. Na última década, a História Oral se fortaleceu como uma importante ferramenta para a produção de conhecimento sobre as relações humanas, exercendo também um ato político, um dever de memória e uma expressão de pertencimento cultural ao atuar junto a sujeitos/as que pretendem se dizer e construir sua presença na História.

Com o impulso de publicizar o conhecimento histórico, fomentar processos participativos de construção do saber e reconhecer a legitimidade discursiva de agentes que se narram de forma cada vez mais sonora e inventiva contra monopólios do passado (Santhiago, 2018), o entrelaçamento entre memória, História Oral e História Pública tem se expandido como um dos caminhos de democratização do saber histórico. Um aspecto importante, porém, é compreender que saberes e dizeres não se igualam: é preciso considerar lugares políticos e sociais, perspectivas e intencionalidades atravessadas por relações de poder, saber e existência. Trabalhar com indivíduos e grupos diversos não significa legitimar todos os discursos e ações — muitas vezes marcados por desinformação —, pois a história pública requer cuidado ético com a ciência, a educação histórica, a democracia e os direitos humanos. Podemos, no entanto,

refletir sobre os mútuos aprendizados e as potências da História Oral numa perspectiva pública, inclusiva e democrática, considerando os públicos não como audiência passiva, mas como agentes de resistência e controvérsias (Almeida, 2018; Rovi, 2024).

Nesta direção, Santhiago (2018) aponta que a História Pública oferece uma possibilidade de conciliação entre a comunicação pessoal e íntima da entrevista de história oral e a comunicação social viabilizada pelas mídias, que difundem saberes históricos a públicos mais amplos. Destaca-se também o crescimento da História Pública como plataforma de observação e ação (Mauad, 2018) e/ou como campo em processo de institucionalização, que reposiciona o trabalho do/a historiador/a como mediador/a e provocador/a de debates públicos, com compromissos que estão além da busca por informações ou produtos (Santhiago, 2018). Esse processo fortalece relações dialógicas e participativas com indivíduos e comunidades dispostos a compartilhar memórias e histórias por percursos não acadêmicos, voltados à divulgação de saberes; e podem impulsionar novos engajamentos ao/à pesquisador/a, desafiando-o/a a buscar novos espaços de atuação, construir parcerias e assumir responsabilidades pelos modos de comunicação e seus efeitos sociais.

Essas considerações são fundamentais para valorizar os projetos de História Pública e História Oral apresentados neste artigo e que, mais do que fazerem uso de tecnologias digitais e mídias diversas, mantêm compromisso com as comunidades envolvidas. Os casos discutidos destacam a aproximação com sujeitos/as, processos e linguagens que constroem uma dimensão pública da história, respondendo a demandas sociais e experiências do tempo presente, por meio da oralidade e de sua amplificação em diferentes espaços públicos. Reconhecendo as memórias como múltiplas, permeadas por subjetividades e disputas (Portelli, 2016), essas iniciativas, ao publicizarem experiências e resultados de pesquisa, fomentam o engajamento comunitário e a construção de narrativas compartilhadas de passados possíveis (Mauad, 2018).

PENSAR A HISTÓRIA ORAL E A HISTÓRIA PÚBLICA A PARTIR DO TEMPO PRESENTE

Ao longo dos últimos anos, historiadores/as têm intensificado a perspectiva de que a História Oral, a História Pública e a História do Tempo Presente se cruzam como fios que se entrelaçam, em uma trama na qual, apesar de serem campos/movimentos independentes, seu emaranhar alimenta e potencializa seus itinerários e suas perspectivas. Na célebre coletânea *Usos e Abusos da História Oral*, um dos marcos do desenvolvimento do campo no país, o debate sobre a História do Tempo Presente já era sinalizado em torno de uma seção integralmente dedicada a essa abordagem, a partir de sua matriz francesa. Sobre esse processo, Delacroix (2018) lembra que esse campo ganhou maior força em contextos que evidenciaram demandas por justiça às vítimas esquecidas de regimes ditatoriais e contra o poder político “anestésico” que defende, sem reticências, a anistia para perpetradores/as, impondo, políticas de esquecimento ou de autoabsolução:

Em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. (Delacroix, 2018, p. 47).

Compreendemos que a História Oral, pública e alicerçada numa concepção de presente como história em aberto, pode contribuir para o enfrentamento de uma série de opressões que produz pactos de silêncio – pelo racismo, pelo sexismo, pela lgbtfobia, pela exploração de classe – que também dizem respeito a políticas de instituições, grupos e Estados autoritários. Nesse processo, a história do tempo presente tem se consolidado como o campo de investigação sobre as formas e modos

como o “presente” coexiste com narrativas, experiências, expectativas e conflitos, frutos da contemporaneidade do não-contemporâneo. Assim, os modos como sociedades, grupos e indivíduos se relacionam com suas culturas históricas, constituem identidades, significam suas experiências, agem e vivem mergulhados em meio a culturas históricas se tornaram não apenas um campo, mas uma plataforma de observação que demanda a ação do/a historiador/a na viabilização de uma série de iniciativas de aproximação dessas experiências, na medida em que sujeitos/as, narrativas memorialistas, perspectivas de passado e futuro e/ou suas produções ainda se encontram “presentes”.

Mais recentemente, Ferreira (2018) reafirmou essa articulação, destacando que na historiografia brasileira, História Oral e História do Tempo Presente foram dois campos conexos. Exemplos podem ser encontrados nos projetos pioneiros do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV), do Laboratório de História Oral da Univille (LHO), do Centro de Memória da Unicamp (CMU) e do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO/USP). Em suas primeiras iniciativas, suas pesquisas se voltaram não apenas a processos “recentes”, mas a acontecimentos e memórias que impactaram o tempo presente e sua relação com os “passados que não passam”, abordando trajetórias políticas e institucionais da história do Brasil republicano. Com o tempo, esses estudos se expandiram para temas como a escravidão, o genocídio indígena, os processos migratórios, o patrimônio cultural, a resistência de trabalhadores/as, manifestações culturais e artísticas, além das desigualdades de gênero, raça e sexualidade.

Em 2011, o grupo que se formou a partir do Curso de Introdução à História Pública, ocorrido na Universidade de São Paulo, tinha profundos vínculos com a História Oral e se dedicava a temas ligados à História do Tempo Presente. A nomeação e a reflexão sobre ações que passaram a ser compreendidas como História Pública agregaram pesquisadores/as, docentes de ensino superior e da educação básica e agentes de comunidades que passaram a perceber a potencialidade pública de seus projetos, envolvendo usos das tecnologias digitais e de

reorganização de museus e arquivos, muitos deles utilizando a prática da História Oral. Quer se insiram ou não publicamente em abordagens enquadradas nos parâmetros epistêmicos da história do Tempo Presente, é perceptível que projetos voltados à História Pública e à História Oral se aproximaram diretamente de temas ligados ao vivido, ou seja, aspectos que conectam as experiências do/no tempo a passados contemporâneos (Rousso, 2016), sem renunciar à ciência, como pontua Mauad, em entrevista para Rodrigues e Borges (2021, p.162):

Creio que, do ponto de vista político, a importância da história pública e da história do tempo presente tem justamente a ver com essa atitude historiadora, é profundamente comprometida com a ação social. O que nos leva a um desafio importante, o de ampliar a noção de prática historiadora sem abrir mão da profissionalização e da autoridade que o profissional da história adquire sobre a interpretação do passado.

Enquanto campo de reflexão e problematização das múltiplas camadas temporais que compõem o presente, tomando-o não como instante passageiro, mas como o encontro de múltiplas camadas temporais (Turin, 2019) –, a História do Tempo Presente configura-se como um arcabouço teórico-metodológico e epistêmico que contribui para a pesquisa e a compreensão sobre processos contemporâneos. Trata-se de uma chave interpretativa para perceber na sociedade contemporânea como experiências temporais se manifestam e são mobilizadas na construção de identidades, em políticas de memória e nas políticas e nos usos do passado, orientando debates e práticas que envolvem escutas, processos participativos e circulação de conhecimentos plurais.

É nessa possibilidade, por exemplo, que a História Oral se aproxima e vem sendo mobilizada por historiadores/as do Tempo Presente. Abordagens como as ligadas às memórias da escravidão no Brasil (Mattos; Abreu; Guran, 2014) ou dos passados ditatoriais (Araújo, 2016; Quadrat, 2018) mobilizam a História do Tempo Presente como uma abordagem para problematizar as memórias elaboradas em testemunhos

orais, como um modo de perceber não somente o relato oral, mas as múltiplas camadas interpretativas, suas performances e efeitos sociais. A dimensão de evocar múltiplas temporalidades por meio do diálogo com o outro, em uma relação que expressa poder (Portelli, 2016), mas também permite confluências, autoridades compartilhadas (Frisch, 2016) e coaprendizado, é uma das principais potencialidades da História Oral voltada à História Pública, ancorada ainda no Tempo Presente, e sob a qual se realizam análises, problematiza-se e, inclusive, elaboram-se projetos que se realizam com a participação de públicos diversos.

Como identifica Ferreira (2002), foi principalmente dentro das relações estabelecidas entre sujeitos/as vivos/as, demandas sociais e questões latentes que o uso da narrativa oral passou a ser frequentemente mobilizada por historiadores/as do Tempo Presente e/ou na produção de arquivos de fontes orais. Em um primeiro momento, notava-se uma espécie de sina preservadora de testemunhos, uma ideia pautada no uso da memória e de entrevistas como um recurso para se preservar a memória de sujeitos/as acerca de processos recentes, a fim de que não caíssem no esquecimento. Progressivamente, tais abordagens foram problematizadas, ainda mantendo certo “compromisso” com os arquivos, mas se expandindo para uma série de outras narrativas e de possibilidades de análise e de seus usos públicos.

Em levantamento realizado por Moreira e Noll (2022), a partir das pesquisas na área de História do Tempo Presente desenvolvidas em um programa de pós-graduação voltado a esse campo, a História Oral aparece como abordagem complementar ou como mote do desenvolvimento de pesquisas, ressaltando, assim, suas aproximações e confluências. Frequentemente, eventos como o Seminário Internacional História do Tempo Presente apresentam mesas e/ou simpósios temáticos que demonstram essa articulação. Em pesquisa sobre os acervos de entrevistas organizados pelos coletivos de História Oral no Brasil (núcleos, laboratórios, arquivos e centros de memória), Carla Rodeghero (2024, p. 37) também aponta o crescimento e as “transformações associadas à tecnologia digital, práticas colaborativas e estratégias de engajamento da comunidade em projetos de pesquisa e em outras atividades”. A autora

salienta a emergência da História do Tempo Presente para o reconhecimento acadêmico da História Oral, em diálogo com movimentos sociais, projetos de educação popular e como parte do processo de redemocratização no país.

Nesta direção, Almeida (2018) aponta que a História Pública passou a se apresentar como um movimento de reflexão, em especial, acerca da dimensão relacional, do caráter público das entrevistas de História Oral e de sua aproximação com temas profundos e latentes na sociedade contemporânea. Sua nomeação e seu reconhecimento como uma atitude historiadora e um movimento de compromisso e diálogo com diferentes públicos levam à “compreensão das dimensões públicas dos procedimentos metodológicos – observação processual do ‘como fazer e como pensar a história oral’ – e os debates públicos decorrentes” (Almeida, 2018, p. 103), de modo que, mais do que um campo, uma abordagem ou um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas, percebe-se um movimento de autorreflexividade que articula prática, teórica e relações dialógicas (Santhiago, 2018).

As práticas de História Pública podem ser consideradas como um posicionamento, em meio à possibilidade de confluências existentes entre História Oral e História do Tempo Presente, de compromisso com a escuta sensível e a responsabilidade pela palavra de quem se comunica e estabelece relações de confiança (Rovai, 2024). Se, por um lado, a ideia de divulgação e disseminação já se fazia presente em ambos os campos, como na construção de acervos públicos (físicos ou digitais) ou na produção de narrativas em outras linguagens, a História Pública tem provocado historiadores/as a repensar os compromissos e o compartilhamento de conhecimento histórico não mais dirigido unilateralmente a uma audiência imaginada, e a elaborar modos mais criativos e participativos com agentes inseridos/as na sociedade, por meio de práticas colaborativas e não mais apenas da divulgação e/ou circulação de narrativas históricas ou projetos de pesquisa. A articulação entre pesquisa, ensino, extensão universitária e inserção em coletividades (considerando também projetos feitos pelos públicos) é desafio à Academia.

Além disso, observa-se uma aproximação com a interdisciplinaridade em iniciativas que acabam, muitas vezes, por se tornarem transdisciplinares ou multidisciplinares (Capdevila; Joffily; Cubas, 2022). Na medida em que a História Oral e a História do Tempo Presente ganham dimensão pública e se ocupam de temas e pilares como a memória, a performance, as diversidades e as temporalidades, é frequente que seu entrelaçamento leve à busca pelo diálogo com outros campos a exemplo das Ciências Sociais, da Psicologia, da Comunicação, da Arte e do Ensino, ampliando seu horizonte metodológico, analítico e de ação social, inclusive produzindo públicos.

Esse tripé constitutivo da análise, metodologia e ação é também resultado de demandas (sociais, acadêmicas, políticas, culturais) que convocam a historiografia a se debruçar sobre seu tempo, percebendo não somente a dimensão investigativa, mas o compromisso social do fazer historiográfico no tempo presente. Se assumirmos que a História Oral e Pública adota, enquanto um de seus pilares, a colaboração como elemento constitutivo, essa postura implica em reconhecermos no/a historiador/a um/a agente que intervém no tempo presente como além de um *expert* (Dumoulin, 2017). Como afirmam Rogério Rodrigues e Viviane Borges (2021), a história pública como movimento, uma forma de construção e aproximação, potencializa o fazer historiográfico em uma contemporaneidade que é marcada pela coexistência de múltiplos estratos de tempo.

Nesta direção, crescem os trabalhos coletivos e as parcerias dirigida à construção, condução e publicização de experiências e epistemologias sob processos dialógicos e participativos que envolvem a História Oral e a História do Tempo Presente, o que confirma que “a história oral chega ao século XXI catalisada pelas discussões da história pública, assim como pelas novas tecnologias, que colocam em questão novas formas de gravação, interação, preservação e difusão das narrativas orais e audiovisuais” (Almeida, 2018, p. 112). As possibilidades de entrevistas e de divulgação dos produtos que a envolvem se intensificaram com o uso de gravadores, vídeos e meios eletrônicos (em podcasts, websites, vídeos

no Youtube, documentários, bancos de memória, exposições e acervos orais, além dos livros digitais e de autoria coletiva), mas é importante lembrar que uma história oral pública e democrática não se reduz à facilidade de acesso a produtos. O que desejamos compartilhar aqui são exemplos de projetos que, mais do que divulgação, tiveram como preocupação contribuir com a criação de espaços e processos públicos, em diálogo com as demandas do tempo presente.

PROJETOS DE HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA PÚBLICA: O COMPROMISSO COM AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

Praticar e refletir sobre as múltiplas possibilidades de interconexão entre a História Oral, a História do Tempo Presente e a História Pública requer deslocamentos epistemológicos, metodológicos e políticos; deslocar-se de lugares de privilégio, de concepções canônicas limitadas; perceber-se numa incômoda centralidade que alimenta desigualdades, omissões e silenciamentos na prática historiográfica. Como salientam Francine Saillant (2016) e Grada Kilomba (2019), ao refletirem sobre uma história oral e pública com pessoas e comunidades negras, registrar e ampliar suas memórias e narrativas, em primeira pessoa (individual ou coletiva), significa reconhecer os danos que uma ciência hegemonicamente eurocêntrica pôde produzir por tanto tempo, outrizando, infantilizando e desqualificando a existência de indivíduos e coletivos subalternizados, mas nunca silenciosos. Nesse sentido, pensar a diversidade requer não cair na armadilha da simplificação, biologização ou objetificação da diferença, reduzindo-a à vitimização, a categorias imobilizantes e ao universalismo abstrato, “um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, sem pertencimento a qualquer localização geopolítica e desinteressado” (Bernardino-Costa, 2018, p. 125) e, portanto, perigoso.

Abordagens que primam pela aproximação com sujeitos/as, processos ou linguagens que constroem uma dimensão pública, ligadas a demandas sociais e a experiências que reivindicam seu lugar na história

têm promovido iniciativas como os projetos *Passados Presentes*¹ e *Dos Grilhões aos Guizos*² (LABHOI/UFF), *Quilombo Mulatos* (UFCA)³ e *Vozes da Te*(NEHO/USP)⁴, que assumem como temas as diásporas, as tradições locais, a luta pela terra e a história antirracista. Trata-se de uma história engajada a compromissos sociais, à escuta atenta, ao reconhecimento da autoridade compartilhada de saberes e existências, à elaboração de processos coletivos de troca, difusão e debates públicos. Os usos das mídias digitais, com a criação de sites, mapas virtuais, arquivos orais e ocupação de espaços para produzir discussões coletivas são capazes, ainda, de gerar comunidades de escutadores/as e agentes sociais empoderados/as coletivamente. É nesse sentido que Rodrigues e Borges (2021), por exemplo, consideram existir a confluência entre

-
- 1 O projeto *Passados Presentes*, coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg, criou uma plataforma digital e um aplicativo que reúnem dados do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e Africanos Escravizados no Brasil (EDUFF, 2014) e quatro roteiros de turismo de memória, narrando a trajetória da última geração de africanos escravizados no Rio de Janeiro — da chegada no Cais do Valongo ao trabalho nas plantations de café e às migrações negras do século XX. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/repair/ppp/contact_pt.php. Acesso em: 5 abr. 2025.
 - 2 *Dos Grilhões aos Guizos: festa de maio e as narrativas do passado é um documentário produzido coletivamente com congadeiros da cidade de Piedade do Rio Grande, em Minas Gerais*. Fruto da tese de Livia Monteiro, o filme sobre as manifestações culturais da Congada e Moçambique em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês e São Benedito foi construído a partir da história oral, com debates públicos na internet e foi projetado num enorme telão em praça pública da comunidade local. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QVRWFrF8Ikw>. Acesso em: 5 fev. 2025.
 - 3 O Projeto *Quilombo Mulatos: narrativas quilombolas, tradição oral, memória e patrimônio cultural* não foi uma iniciativa de historiadores/as, mas um trabalho multidisciplinar desenvolvido pela Universidade Federal do Cariri, em 2023, junto da comunidade de Quilombo Mulatos da Serra Boca (Cariri), apoiando a iniciativa de seus membros para garantir o direito à memória e a defesa de seu patrimônio cultural, fazendo uso da história oral. A finalidade foi a criação de um acervo virtual público entregue à comunidade local e científica e a inauguração de um museu comunitário.
 - 4 Projeto *Vozes da Terra* nasceu de um convênio USP/Itesp voltado à memória das/os trabalhadoras/es rurais de São Paulo por meio da escuta de cerca de 80 entrevistadas/os, representando as mais de 10 mil famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos no Estado de São Paulo. O projeto converteu-se em um livro organizado por Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Marcia Regina de Oliveira Andrade, Simone Rezende e Suzana Ribeiro.

diferentes correntes de rios próximos (História Pública e História do Tempo Presente, na qual inserimos também a História Oral), que resulte na potencialidade de reflexões e ações junto a diferentes setores sociais:

Se a história do tempo presente é aquela que se faz em meio às correntezas e fluxos temporais, com suas peculiaridades a cortar o tempo vivido pelo(a) historiador(a), a história pública é sensível à busca dos sujeitos do presente que conferem sentidos ao passado, ora com demandas ideológicas, ora consumistas, ora para fins de fortalecimento de lutas políticas no momento. Nos dois campos da história é possível detectar o compromisso com os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa, com a potência da história e da memória como força irruptiva e insurgente no contemporâneo (Rodrigues; Borges, 2021, p. 9).

Em consonância ao que defendeu Pollak (1989) sobre a memória e seu poder enquanto trabalho que forja identidades continuamente, a História Oral, em sua dimensão pública, retoma a importância das demandas coletivas de passado e revitaliza as “memórias subterrâneas”, reabilitando a periferia e colaborando para denunciar o caráter destruidor, uniformizador, silenciador e opressor da memória e da história hegemônica. Desta forma, narrativas históricas que pressupunham histórias únicas ou ancoradas no racionalismo binário – do ponto de vista racial, de classe, de gênero, de sexualidade, étnico, territorial, religioso e cultural – são desafiadas e questionadas por práticas, discursos e sujeitos/as que ocuparam espaços públicos (políticos, culturais, educacionais, comunitários; físicos ou virtuais), colocando no centro questões como história local, interseccionalidades, multiculturalismo, diferença e visibilidade. Isso pressupõe que autoridades discursivas, exclusivamente acadêmicas, não consigam, por si só, expressar as tantas potencialidades, epistemologias e tensões da história.

Afirmar a existência de grupos subalternizados requer reconsiderar conceitos hierarquizantes acerca da noção de “outro”, não mais

como objetos a serem estudados, mas enquanto sujeitos/as que vivem, questionam definições impostas por setores conservadores da sociedade e da Academia, e procuram se autodefinir em meio a tensões, colocando-se contra a gestão de uma engenharia social que insere os/as subalternizados/as na mira da disciplina, do policiamento e da invisibilização, esvaziando seu potencial histórico. Deste modo, a História Oral pública torna-se parte de um movimento de reivindicação social em prol de memórias e identidades coletivas que se opõem a uma história hegemônica e excludora:

O reconhecimento de grupos minoritários e minorizados é uma questão importante nas sociedades contemporâneas. A partir do momento em que as sociedades veem-se como sendo compostas de diversos grupos, que elas se mostram como heterogêneas, elas também argumentam sobre a inclusão relativa desses grupos em seus universos. A questão do reconhecimento encontra-se no centro das sociedades fundadas sobre o direito e abertamente pluralistas. A ideia do reconhecimento não é unicamente reconhecer as identidades de uns e de outros num ambiente plural. Ela também reconhece as feridas de grupos minoritários e minorizados (Saillant, 2016, p. 17).

Mais do que reconhecer as feridas e as memórias de sofrimento de grupos historicamente minorizados, denunciando as injustiças históricas, torna-se possível trazer para o centro epistemologias e vozes potencialmente transformadoras. A partir da produção de presença na história com — e não apenas sobre — trabalhadores/as rurais e urbanos, militantes políticos, artistas populares, membros de comunidades tradicionais, indivíduos e grupos indígenas, afrodescendentes, mulheres, feminilidades diversas e população LGBTQIAPN+, entre outras pluralidades, a História Oral pública permite também refletir sobre possibilidades de reparação de danos históricos por meio de políticas públicas no presente.

Tornar públicas as controvérsias e potencialidades das histórias significa situar os processos de memorialização em meio a disputas políticas e debates epistemológicos, nos quais lutas sociais afirmam direitos econômicos, sociais e identitários, constituindo-se dialogicamente frente a projetos que visam narrativas lineares e esvaziadas de experiências. O uso de narrativas orais — presentes em manifestações culturais, lugares comunitários e patrimoniais, roteiros históricos, museus e arquivos “dissidentes” — evidencia não apenas camadas de silenciamento, mas também desejos de afirmação da diferença, contra abstrações generalizantes e hierarquizantes. A descentralização do/a sujeito/a normativo, a valorização das diferenças e o reconhecimento das desigualdades históricas em espaços e temporalidades diversas, guiados por demandas do presente, inserem a historiografia em valores como justiça, direitos humanos e reparação histórica. É sobre essa responsabilidade ética, que deve orientar a História Oral como prática de História Pública com os movimentos sociais, que Almeida (2016, p. 52-53) chama atenção:

as entrevistas orais contribuem para a elaboração e socialização da produção de conhecimento histórico dos movimentos sociais. As necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos de história pública – integrando membros dos movimentos e pesquisadores em colaboração. [...] Trabalhos de história oral com movimentos sociais podem promover políticas públicas a partir da significação das reivindicações socioeconômicas narradas por esses sujeitos coletivos.

Assim, nos últimos anos, pudemos observar diversas oportunidades de conhecer e compartilhar projetos em universidades, mas também ações de ensino em escolas e museus, de reorganização e ressignificação de arquivos e acervos, além de trabalhos desenvolvidos com comunidades locais preocupadas com memórias e identidades que, por anos, foram invisibilizadas e desqualificadas. São ações que evidenciam modos de pensar os públicos e que reequacionam narrativas históricas no

tempo presente. Os usos da história Oral, das mídias e das tecnologias digitais — por profissionais da história, para e com diferentes públicos, ou por comunidades diversas — podem significar formas de subversão e agenciamentos que ampliam vozes, visibilizam corpos dissidentes e lugares marginalizados, reivindicando a afirmação política, a pluralidade de saberes e existências contra formas de apagamento, distorcionismo histórico e violações de direitos humanos no tempo presente, como ressalta Perli,

nossos problemas e fantasmas não estão mais apenas nos horrores que fascinam o público amplo e diverso através de filmes, novelas, jornais e revistas. Estão em ambientes virtuais, ferramentas, plataformas e aplicativos de comunicação, lugares em que idealizadores e divulgadores propagam falsas ideias de liberdade de expressão para agredir, assediar, discriminar, perseguir, cometer crimes de homofobia e racismo, difundir fake news que levam a linchamentos públicos. Isso demonstra que novos combates pela história se fazem presentes, exigindo posições de profissionais de história. A alimentação do discurso de ódio, o poder crescente de influenciadores em ambientes específicos de comunicação, onde falam para públicos cada vez mais capilarizados e que se relacionam em bolhas, criam grupos que vivem mundos paralelos e fazem crescer o número de células extremistas, defensoras de ideias nazifascistas, do supremacismo branco, masculino, misógino, de negacionismos de temas tão caros à história. (Perli, 2022, p. 3).

Se assistimos a projetos fundamentalistas e neofascistas que se apropriam das tecnologias digitais para fazer usos políticos do passado e estimular o medo e o ódio a indivíduos e coletivos, por meio de discursos distorcionistas e discriminatórios, também é fato que os feminismos plurais, os movimentos LGBTQIAPN+ e negros, os povos originários, os/as trabalhadoras/es rurais e urbanos, os/as militantes antifascistas,

agentes da educação e das artes fazem uso de redes digitais e espaços públicos para criar iniciativas coletivas em parcerias acadêmicas e políticas – ou para questioná-las e contrapor-se a elas quando entendidas como perspectivas de instituições colonialistas, sexistas, classistas, lgbt-fóbicas e racistas.

Movimentos sociais, mas também indivíduos e coletivos “infames”, que evidenciam dissidências políticas, de classe, gênero, raça e sexualidade, reivindicam o direito à memória, provocando-nos a pensar como a ciência histórica pode contribuir para uma sociedade em que os corpos subversivos, as memórias periféricas e as epistemologias não eurocentradas possam se fazer presentes plena e dignamente na História. Em busca de um enfoque que ilumine as margens, a História Oral e Pública tem promovido a oportunidade de um olhar diferenciado sobre as centralidades, questionando a normalização de narrativas baseadas nos privilégios sociais. Caminham nessa direção trabalhos que têm como preocupação a produção da memória coletiva, por tanto tempo subterrânea, de/com públicos compreendidos como agentes históricos.

São muitos os projetos que têm exercitado a História Oral em sua dimensão pública e ancorada no tempo presente, dentre os quais escolhemos compartilhar alguns, como o *Marcas da Memória* (2010-14), que realizou a escuta de narrativas de vida que foram vítimas da ditadura militar (1964-84), visando documentar e tornar pública a história das violações de direitos humanos e os lugares em que pessoas perseguidas foram detidas, torturadas e/ou assassinadas⁵. A partir dos testemunhos orais, fundamentais na construção do relatório e no website da Comissão Nacional da Verdade (CNV) entre os anos 2012 e 2014, contribuiu-se para forjar uma cultura material de desvendamento da repressão e renomear (por meio de placas) os lugares, assim como

5 O Projeto *Marcas da Memória*, organizado pelo prof. Antonio Montenegro (UFPE) (Montenegro, 2012) e pelas pesquisadoras Maria Paula Araújo (UFRJ) e Carla Rodighero (UFRGS), deu origem a outros trabalhos, que também se basearam no trabalho de história oral, voltados a publicizar as violações aos direitos humanos e as resistências durante a ditadura: História Oral da Anistia no Brasil, Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar e Marcas da Memória Operária.

reordenar e ressignificar – a partir das memórias - espaços de repressão (ruas, delegacias, centros clandestinos, órgãos de repressão estatal), transformando-os em sítios de consciência. Abordando processos de sequestro social e violências institucionais contra corpos considerados abjetos, o *Arquivos Marginais*⁶, criado em 2011, propôs-se a organizar acervos, podcasts e exposições em instituições de isolamento - prisões, hospitais psiquiátricos e leprosários, trabalhando com o que Borges e Witt (2023) chamou de antibiografias. Trata-se de histórias de sujeitos

[...] que, devido a uma ruptura, um desvio, um choque com o poder, foram apreendidos pelo Estado, vigiados, controlados e cujas histórias resultaram em um breve dossiê que narra um determinado momento de suas vidas. Foram colocados às margens da sociedade, estigmatizados – e após a saída da instituição quase nada sabemos deles (Borges; Witt, 2023, p. 20).

Aqui a oralidade, inclusive assumida não somente como entrevistas, mas como linguagem da narrativa histórica, e a história pública do indizível, do trauma e do (quase) silenciado não apenas produz documentos e arquivos públicos, mas rompe estruturas de opressão, chamando para a responsabilidade legal e social de seus usos. Pesquisas como essas assumem compromissos éticos com o debate público, pautadas pela responsabilidade com a palavra alheia, atravessada pela experiência traumática de um passado em aberto, que dialoga com discursos e práticas autoritárias e negacionistas no presente. Como afirma Borges (2021), trata-se de um ofício que não se encerra no debate acadêmico, mas que se abre à reflexão sobre os efeitos sociais e as formas de publicização de exposições, sejam físicas ou digitais, pensando as políticas públicas e as necropolíticas.

Voltada a esse compromisso com os públicos diversos e a dignidade das existências, uma História Oral pública ancorada no tempo presente requer a ampliação da comunicação, do ponto de vista das

6 Disponível em: <https://arquivosmarginais.com/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

redes, das comunidades e das tecnologias. Trabalhos elaborados a partir e em diálogo com corpos dissidentes, na perspectiva de gênero e sexualidade, têm se articulado com o movimento LGBTQIAPN+, tais como as pesquisas desenvolvidas pelas pesquisadoras Michele Pires Lima (2024) e Lauri Miranda Silva (2023) com a comunidade e, em especial, com militantes travestis do Amazonas e de Rondônia. Como afirma Assmann (2011, p. 19), sobre a necessidade dos acervos, esses arquivos de relatos orais, criados durante a realização dos estudos dessas autoras (que ocuparam um espaço tradicionalmente cisgênero e discriminador na Academia), doados e submetidos aos debates nas associações de militantes, permitiram a criação colaborativa de uma “memória cultural da posteridade”, não se tratando somente de um repositório para documentos do passado, mas também o lugar onde o passado é construído e produzido, configurando-se espaços de resistência social.

A preocupação com os corpos “dissidentes” também se faz presente em projetos de caráter não acadêmico, como o *Vivências LGBTQIAPN+*⁷, parte do programa *Conte Sua História*, criado pelo Museu da Pessoa em parceria com o Museu da Diversidade Sexual, e o *Histórias de Todas as Cores*⁸, executado pelo Coletivo HLGBT (Histórias de vida lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e travestis), fazendo uso da história oral para a escuta de membros da comunidade e a difusão a públicos não acadêmicos. Nesses casos, as ferramentas digitais não serviram apenas para a divulgação das narrativas, mas produziram diferentes articulações no campo das artes e da comunicação. Ambas as ações produziram interações com os públicos, convidando pessoas

7 Disponível em: <https://museudapessoa.org/colecao/viv-ncias-lgbtqiapn-/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

8 O projeto não foi uma produção universitária, mas foi coordenado pelas/os historiadoras/es Maiara Moreira, Maurício Rodrigues, Thiago Majolo e Gustavo Sanchez. Ele fez parte do Programa de Ação Cultural (ProaC) da Secretaria da Cultura do estado de São Paulo, e teve início em 2015. As histórias foram publicizadas num site, assim como o livro físico, resultado do trabalho com história oral, e foi distribuído gratuitamente em instituições públicas. Disponível em: www.hlgbt.com.br. Acesso em: 2 abr. 2025.

da comunidade a contarem, suas histórias, a fim de dar visibilidade às existências, às violências estruturais e às suas resistências cotidianas.

No primeiro caso, houve o registro colaborativo das histórias a serem publicizadas pelo Museu da Pessoa, apresentando a possibilidade de cocuradorias e coprodução da informação com os/as narradores/as e os/as internautas, na cocriação da memória social (Kahn, 2018). No segundo projeto, houve a atuação de artistas visuais e ilustradores/as LGBTQIAPN+, produzindo imagens e cores relativas a trechos das entrevistas, numa ação coletiva, unindo história oral, design visual e mídias digitais, contribuindo para um “exercício de identidade e alteridade que visava tocar e sensibilizar outros/as sujeitos/as pela atração e emoção presente nas histórias de vida narradas e pelos traços e matizes dos artistas LGBT capazes de dar formas e feições livres de preconceito e ricas em cores” (Sanchez, 2018, p. 08).

Ademais, não poderíamos deixar de apontar aquelas práticas que, fazendo uso da História Oral e das mídias digitais, se desenvolveram no campo do ensino de História e das artes. Trata-se de produções de caráter coletivo e colaborativo que reúnem docentes, discentes do ensino superior e da educação básica, agentes ativos na produção e na divulgação de conhecimento, a partir de seus próprios espaços de atuação. Iniciativas de História Pública como, *Trajetórias Docentes*⁹ (LABHOI/UFF), *Cosmopoética*¹⁰ (Laboratório de Imagem e Som/Udesc) e *No tempo da*

9 O projeto, coordenado pelos docentes Juniele Rabelo e Everardo Lima, da Universidade Federal Fluminense, disponibiliza um amplo acervo digital que reúne narrativas orais de professores de História acerca de sua vida, trajetória profissional e experiências educacionais e tem como finalidade principal a estimular a investigação e compreensão da profissão docente na interface entre História e educação, por meio das narrativas autobiográficas de modo a estimular, em paralelo, a reflexão sobre políticas públicas e de formação docente no Brasil.

10 O projeto, desenvolvido pelo Laboratório de Imagem e Som em parceria com a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, elaborou uma exposição virtual com ilustrações e representações elaboradas por estudantes da Educação Básica de Lebon Régis (Santa Catarina) sobre suas visões e representações acerca da Guerra do Contestado (1912-1916), bem como suas permanências em uma das regiões diretamente que foram palco do conflito armado. Aqui história oral, ensino de História e arte popular se encontram para pensar um passado que dialoga com o tempo presente e as novas gerações.

pega¹¹ (UFPA e Seduc/MA), exploram essa aproximação por meio de ações colaborativas e participativas em que o processo dialógico é a finalidade e não o meio para se chegar a um produto final. O produto é efeito, mas também agente de outras ações públicas.

Acerca do patrimônio e das artes, apontamos o trabalho desenvolvido pelo Centro de Memória Urbana (CMUrb) da Unifesp, que inclui um Ateliê de História Oral. O CMUrb atua na produção e preservação do patrimônio documental, com ênfase na pesquisa narrativa, e busca fomentar a produção de conhecimento crítico sobre as transformações urbanas a partir de casos locais. Um dos projetos, *Arte e artistas na Zona Leste de São Paulo: história oral, memória e experiências urbanas (1950-1990)*, analisou, sob uma perspectiva histórica, os percursos de formação, desenvolvimento profissional e usos do espaço urbano por artistas da região entre 1950 e 1990, com base na história oral, nos estudos de memória e na história pública. Outro projeto, *Sotaque paulista: A vida e a música de Miriam Batucada (1947-1994)*, derivado do projeto anterior, teve como objetivo reunir e organizar documentação sobre a vida pessoal e profissional da cantora e compositora Miriam Batucada. A publicização dos resultados dessa pesquisa resultou na produção de um livro biográfico, de um CD com as composições da artista e na disponibilização de seu acervo pessoal. Cabe, para finalizar, apontar o projeto *Histórias negras: registros orais para a desinvisibilização da presença negra em Campinas (1930-1970)*, do Centro de Memória da Unicamp¹², como parte de uma série de ações do CMU para valorização do patrimônio, memória e cultural local.

Os projetos e iniciativas apresentados demonstram que a interconexão entre História Oral, História Pública e trabalho de memória

11 Este trabalho foi desenvolvido pelo professor Ronilson, como mestrado do ProFHistória, pela Universidade Federal do Pará, com estudantes da educação básica. Os/as discentes realizaram o trabalho de história oral com a comunidade local e na produção do documentário que foi exibido em praça pública para a população da cidade de São Bernardo/MA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cqb8oEQmf5s&t=2041s>. Acesso em: 10 fev. 2025.

12 Disponível em: <https://open.spotify.com/show/40mk3cUsb3q3UKNzZt3Gvp?si=BdCUhCQuSvuc5dN2Bj2lxc&nd=1>. Acesso em: 10 mar. 2025.

podem servir como suportes para a mobilização de saberes e alavancas para a visibilização dos debates públicos. Esses campos não estão comprometidos apenas com os temas de estudo, mas com modos de fazer historiográfico colaborativos, com as parcerias e relações que se estabelecem ao longo do processo de pesquisa, criando um espaço fértil para o desenvolvimento de um conhecimento histórico mais inclusivo e participativo, que reconhece as múltiplas vozes e perspectivas. Juntas, essas abordagens contribuem para uma história mais complexa e plural, que respeita as diversas dimensões da experiência humana e suas múltiplas interpretações. Esse entrelaçamento não apenas amplia as possibilidades de produção e difusão da história, como também reposiciona o papel do/a historiador/a diante de demandas sociais urgentes e plurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das transformações contemporâneas nos modos de fazer, pensar e praticar a História, evidencia-se a necessidade e potencialidade de historiografias comprometidas com o presente, com os/as sujeitos/as e com as demandas sociais. O encontro entre História Pública e História Oral não apenas amplia as possibilidades metodológicas e narrativas, mas reposiciona o papel do/a historiador/a como agente colaborativo/a, sensível e engajado/a na escuta ativa e na construção conjunta de sentidos históricos. Trata-se de uma História Pública, democrática e dialógica que, mesmo em sua abertura ao presente e ao pluralismo de vozes, não se exime do rigor metodológico nem abdica da análise crítica e criteriosa das fontes, reafirmando seu compromisso com a história enquanto ciência. Em um contexto marcado por disputas de memórias, emergências autoritárias e negação de direitos, essas abordagens tornam-se fundamentais para a valorização de vozes historicamente marginalizadas, para a democratização da memória e para o fortalecimento de práticas historiográficas éticas e transformadoras.

Enquanto a história oral se colocou como um campo, um projeto e/ou uma metodologia potencial de análise de processos contemporâneos (Ferreira, 2002; Meihy, 2002), a dimensão dialógica e pública

foi alimentando e renovando um compromisso público com o fazer historiográfico. A interconexão com a História do Tempo Presente e a História Pública evidencia não apenas conjuntos ferramentais de análise, mas a renovação dos compromissos da historiografia nos espaços públicos, em um contexto de reafirmação da democracia, da ciência e dos direitos humanos contra os ataques políticos de setores reacionários à Universidade, necropolíticas dirigidas a corpos dissidentes e distorcionismos históricos para defender passados autoritários. Isso resulta em movimentos potentes e compromissos públicos pela História, enquanto disciplina e intervenção social, que reconhece a experiência histórica e a função do/a historiador/a em sua cultura histórica, ampliando leituras de mundo e trazendo diferentes esferas, epistemologias e sujeitos/as para o centro da operação historiográfica, de forma a enfatizar seu papel na construção de narrativas insurgentes, plurais e comprometidas com a justiça social.

Os projetos que foram brevemente apresentados são expressões concretas dessa transformação, demonstrando como a articulação entre memória, tempo presente e ação política tem fortalecido o compromisso ético da história, a defesa dos direitos humanos e a utilização das tecnologias digitais como ferramentas de acesso e reparação. São abordagens que questionam a centralidade eurocêntrica da historiografia tradicional ao promoverem o protagonismo de vozes negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e de outras comunidades subalternizadas, bem como o entendimento da memória como um processo vivo, coletivo e politicamente orientado. Ao explorar essas experiências, reafirmamos a importância de uma historiografia construída em diálogo, voltada à justiça social e à ampliação das fronteiras do saber histórico.

Nesse processo, a interseção e confluência entre História Oral, História Pública e História do Tempo Presente amplia as possibilidades interpretativas e os sentidos do fazer historiográfico, fortalece o caráter colaborativo do trabalho do/a profissional em História e potencializa sua capacidade de intervenção crítica na sociedade, aproximando a historiografia da sociedade, sem que isso signifique renunciar ao compromisso com a ciência nem se render a interesses que a prejudicam.

Nesta operação, percebemos que nosso campo pode se tornar ainda mais apto a lidar com a complexidade dos fenômenos contemporâneos e a responder às urgências do tempo presente, assumindo seu lugar em movimento de ação, sensível ao vivido e comprometido com a construção de futuros mais inclusivos, democráticos e justos — em diálogo constante com os/as sujeitos/as que dão vida à História.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: O movimento social e o trabalho de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. v. 1, p. 47-56.
- ALMEIDA, Juniele R. de. O que a história oral ensina à história pública. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra & Voz, 2018. v. 1, p. 101-120.
- ALMEIDA, Juniele R. de; FONSECA, Vivian Luiz. História oral: Dimensões públicas no tempo presente. *Estudos Históricos*, v. 34, n. 74, p. 445-449, 2021.
- ARAÚJO, Maria P. Um acervo de depoimentos sobre a luta e resistência contra a ditadura militar: questões teóricas e metodológicas. In: ALMEIDA, Juniele R. *História oral e movimentos sociais: Narrativas públicas*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 119-134.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: Formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: Em busca de um diálogo horizontal. *Revista Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 119-137, jan./abr. 2018.

- BORGES, Viviane T. Para além da beleza e do terror: Notas sobre os desafios de tornar públicas trajetórias infames. In: RODRIGUES, Rogério R.; BORGES, Viviane. *História pública e a história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- BORGES, Viviane T.; WIT, Carolina W. van P. de. *Histórias Marginais*. São Paulo: Letra e Voz, 2023.
- CAPDEVILA, Luc; JOFFILY, Mariana; CUBAS, Caroline Jaques. História a múltiplas mãos: Tempo presente, história pública e interdisciplinaridade. *Revista Tempo e Argumento*, v. 14, n. 37, e0501, 2022.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39–79, 2018
- DOMANSKA, Ewa. *A história para além do humano*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- FERREIRA, Marieta de M. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 314–332, 2002.
- FERREIRA, Marieta de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80–108, 2018.
- FERREIRA, Marieta de M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, MATA, Sérgio da. (org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. v. 1, p. 101-124.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De ‘A Shared Authority’ à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.) *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.
- HALBWACHS, Maurice. *On collective memory*. COSER, Lewis (ed.). Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- JABLONKA, Ivan. *O terceiro continente: ou a literatura do real*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

- KAHN, Karen. K. *O papel do design da informação na curadoria digital de sistemas memoriais*: Um estudo do Museu da Pessoa. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2018.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- KLEINBERG, Ethan. *Historicidade espectral*: Teoria da história em tempos digitais. Vitória: Milfontes, 2020.
- KOTRE, John. *Luvas brancas*: Como criamos a nós mesmos através da memória. São Paulo: Mandarin, 1997.
- LIMA, Michele Pires. *Senhoras do tempo*: Gênero, trabalho e transativismos em Manaus/AM (1992-2019). São Paulo: Alexa, 2024.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 27, n. 54, p. 255-273, 2014.
- MAUAD, Ana M. Usos do passado e história pública: A trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *História Crítica*, n. 68, p. 123-145, 2018.
- MAUAD., Ana M.; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil*: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 71-84.
- MEIHY, José C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: UFPE, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/historia-oral-miolo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- MOREIRA, Igor L.; NOLL, Kelly. Histórias em Tempos Presentes: Recortes, abordagens e caminhos de pesquisa. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; CUBAS, Caroline Jaques; OLIVEIRA, Fernanda; CONEDERA, Leonardo de O. (org.). *O fio que se faz trama*. Vitória: Milfontes, 2022. p. 147-168.
- NORA, Pierre. *Les lieux des mémoire*, volumes 1-4. Paris: Gallimard, 1984.

- PERLI, Fernando. Por vozes plurais: História, diversidade e democracia. *Fronteiras: Revista de História*, v. 24, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/16564>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- QUADRAT, Samantha V. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. v. 1, p. 213-220.
- RODEGHERO, Carla S. Acervos de entrevistas e coletivos de história oral. In: HEYMANN, Luciana (org.). *História oral e arquivo: Debates e desafios*. São Paulo: Letra e Voz, 2024. p. 37-56.
- RODRIGUES, Rogério R.; BORGES, Viviane T. (eds). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- RODRIGUES, Rogério R; BORGES, Viviane T. História pública e história do tempo presente no Brasil: Entrevista com Ana Maria Mauad. In: RODRIGUES, Rogério R.; BORGES, Viviane T. (eds). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 155-167.
- ROUSSO, Henry. *Última catástrofe: A história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.
- ROVAI, Marta G. O. Nunca foi sobre dar voz: A prática de história oral com grupos subalternizados. In: PAULILO, André L.; HADLER, Silvia D. *História, injúria e difamação: Estudos sobre a infâmia e a dignidade*. Campinas: CMU, 2024. p. 23-51.
- SAILLANT, Francine. Reconhecimento e reparações: O exemplo do movimento negro no Brasil. In: MATTOS, Hebe (org.). *História oral e comunidades: Reparações e cultura negra*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 17-48.
- SANCHEZ, Gustavo R. #VozesLGBT: Memórias que contam e encantam. XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525143103_ARQUIVO_VOZESLGB_30-04_REV.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

- SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: Da prescrição ao processo. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.
- SILVA, Lauri M. Vozes subversivas e corpos transgressores: Memórias e narrativas da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQI++ e de mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (a partir da década de 1980 a 2022). Tese (doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: Aceleração, historicidade e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie Edições, 2019.

Recebido: 30 abr. 2025 / Revisto pelos autores: 14 ago. 2025/ Aceito: 11 jun. 2025

Editor responsável: Ely Bergo de Carvalho